

CAMINHOS E DESCOMPASSOS DO SINDICALISMO RURAL PAULISTA

Vera L. S. Botta FERRANTE*

RESUMO: O artigo procura compreender a relação entre o movimento sindical rural paulista e as formas de resistência e lutas dos bóias-frias em uma região privilegiada do ponto de vista de modernização agrícola. Apresenta subsídios para rebater as teses de que a proletarização rural processou-se linearmente sem confrontos e/ou tensões e de que São Paulo não tem tradição no circuito das lutas travadas no campo.

UNITERMOS: Sindicalismo rural; lutas no campo; resistências; bóias-frias; movimentos sociais; proletarização e conflitos.

CAMINHOS DA PESQUISA: UM DUPLO MOVIMENTO

O fato deste trabalho incorporar dados de investigação coletados em momentos históricos distintos é importante por permitir o resgate de um marco diferenciador no processo contraditório das lutas dos bóias-frias. De movimentos isolados, passam a assumir espaços públicos e coletivos de reconhecimento. De sujeitos excluídos, passam à cena política como atores capazes de incendiar os canaviais com a chama de suas lutas. Passados mais de 20 anos do trauma de sua expropriação – relatada usualmente como um natural e energizante processo de transformação das relações de trabalho –, deixam de ser pensados como sujeitos talhados para “morrer como carneiro calado”, mostrando, no manejo dos facões e enxadas, seu potencial de enfrentamento às regras e domínio das leis do patrão.

Compreender tal mudança não significa somente enfrentar desafios analíticos. Este percurso esbarra com estigmas e raciocínios falaciosos, o que exige, ao mesmo tempo, a explicitação do eixo de sua montagem e o reconhecimento da necessária desmontagem de muitas reflexões que norteavam meu movimento face a esse objeto.

* Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800 – Araraquara – SP.

A compreensão do campo de confrontos estruturado na região investigada – paraíso dos canaviais e laranjais – e, mais especificamente, a análise da relação entre o movimento sindical rural paulista e as formas de resistência e lutas dos bóias-frias têm suscitado, mais do que desafios de pesquisa, um trabalho de contínua reflexão sobre o caminho já percorrido. Essa trajetória comporta cortes, interrupções, mudanças significativas na maneira de ver e pensar o sindicato, a gestão das lutas e o próprio tempo de vida e trabalho dos bóias-frias.

Os impasses que se apresentaram como pedras no caminho não são, evidentemente, específicos dessa pesquisa. O desgaste dos modelos de explicação convencionais, a necessidade de pensar o heterogêneo, a diferença nas relações de classe em outros domínios de cultura são desafios postos à ciência contemporânea.

Na produção brasileira, as releituras sobre os trabalhadores, seus movimentos sociais expressam, a partir dos anos 80, um momento crucial de reavaliação, de rediscussão e de demolição de formas anteriores de conhecimento. “Trata-se, na verdade, de uma redescoberta das diferenças inter e intra-classes sociais no Brasil, diferenças estas que não são mais pensadas a partir de um paradigma unitário. Libertada desse paradigma, a heterogeneidade da sociedade brasileira aparece como diversidade de experiências vividas no interior de relações sociais historicamente constituídas, apontando para distintas formas de se viver situações concretas de dominação e exploração.” (17). A preocupação com o sujeito, a discussão das práticas sociais e políticas dos trabalhadores como dotadas de sentido, peso político e expressão histórica entrincheiram-se à recusa de restringir a vida social e a dinâmica política aos espaços organizativos institucionais.

“Em cada uma das lutas, em cada acontecimento coletivo, os pesquisadores tendem a ver atores integrais se fazendo sujeitos através de suas práticas. Não há mais qualificações bipolares tipo espontâneo/consciente, lutas econômicas/lutas políticas, práticas de fôlego curto/amplo, pelo menos como qualificações prévias. Não há também, portanto, hierarquias de importância política previamente estabelecidas. Não há mais ‘consciência’ atribuída e portanto não há mais ‘adequação’ ao oposto.” (20: 67). Com esta noção de atores múltiplos, integrais, cujo coletivo se forma pela articulação das diversas situações de dominação contestadas por seus movimentos, a avaliação do que “as classes populares são perde o sentido, para se transformar numa avaliação daquilo que os grupos estão enfrentando e estão sendo”.

A sociologia, principalmente a voltada à compreensão da problemática dos movimentos sociais urbanos ocorridos na década de 70, reconhece outras dimensões na compreensão do social, que passam pela incorporação das representações culturais, do simbólico, dos discursos como expressões da singularidade, da valorização do cotidiano; enfim, admite-se a inviabilidade de análises centradas nas chamadas determinações estruturais (1, 19). O trajeto da vida dos dominados, suas experiências vividas, tradições, valores, passam a ser reavaliados na busca da inteligibilidade do movimento das classes ou grupos sociais.

As análises voltadas à compreensão dos movimentos sociais rurais incorporam mais lentamente os eixos de reinterpretação das condições de vida e das práticas sociais e políticas dos trabalhadores. Insistem, por muito tempo, na necessidade de discuti-los segundo a lógica desigual do desenvolvimento do capitalismo no campo, ou na busca de compreensão das práticas da classe a partir de concepções prévias de projeto político, organização, vanguarda, ideologia, hegemonia. Pouco a pouco torna-se impossível interpretar as ações das classes presentes no campo como simples atualizações de estrutura dada.* A falência dos paradigmas instituídos, o repensar as categorias de análise não são peças silenciosas de um movimento interno, restrito às teorias. A emergência concreta de movimentos fora dos circuitos esperados, a criação de novos espaços políticos, a experiência diferenciada dos sujeitos, impõem o reconhecimento de práticas desprovidas de previsibilidade, a tecer, sem riscos demarcados, uma relação com o desconhecido.

Tais desafios estavam presentes quando iniciei a pesquisa sobre a história das lutas dos assalariados agrícolas na região, antes da publicização da marca Guariba. A reconstrução do processo de expropriação, a tentativa de encontrar por trás das falas silenciadas sinais de resistência, a busca de conhecer a trajetória concreta dos bóias-frias, marcados pela exclusão, de pensar o sindicato não unicamente como reproduzidor das práticas de dominação do poder, são dimensões problemáticas, instigantes, que têm me levado a uma contínua reflexão, remodelagem, sem desfechos programados. Importantes descobertas se fizeram presentes nesse movimento. Pequenas lutas, movimentações que ocorriam de modo quase silencioso, traços distintivos de práticas sindicais passaram a exigir mudanças do entendimento da realidade, que não ocorreram magicamente. Seu passo a passo registra um duplo movimento: de um lado, minhas buscas de fazer visível o que se ocultou, de ouvir, através de registros de arquivos, dos áduos processos trabalhistas, as falas dos atores, de entender a dominação não como um pacote homogêneo e castrador, mas um conjunto de respostas igualmente modificadas na espreita de sinais de resistência.

No curso dessa empreitada, os bóias-frias, através dos movimentos grevistas de 1984, passam a ser vistos como sujeitos instauradores de sua história, como se não houvesse um passado por trás dos atos coletivos dos saques e incêndios que pipocam nas ruas da cidade e no eito dos canaviais.

Compreender o presente/passado dessas lutas nos põe, portanto, como participantes de um empreendimento impregnado de contradições, ambigüidades e desafios.

* Contribuições pioneiras aparecem na produção de José de Souza Martins, principalmente na discussão da diferenciação dos agentes das lutas presentes no campo, na produção do Museu Nacional – no interior do qual destacaria os trabalhos de Lygia Sigaud e Moacir Palmeira. Igualmente, no interior do PIPSA – Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura –, novos contornos de interpretação estruturam-se. Os movimentos sociais começam a ser discutidos em sua tessitura interior, não deduzidos de condições objetivas dadas, mas explicadas pela imaginação de seus agentes, pelas experiências vividas, pela identificação de seus interesses.

Novas interpretações, novas formas de luta, alterações das instituições no curso das experiências coletivas não são peças justapostas, mas expressão de desafios concretos propostos ao investigador e à própria categoria social privilegiada nesta pesquisa.

Passemos pois, em revista, os distintos tempos dessa trajetória, pensados não como marcas cronológicas lineares, mas como demarcações das dificuldades e vacilações detectadas no tratamento do objeto de estudo e no seu movimento.

1º Tempo: A MÃO DE FERRO DO ESTADO SOBRE O SINDICATO

A primeira incursão no estudo do sindicalismo rural nos fez compreender fragmentos da história de sua constituição, marcada por Congressos, Encontros a nível nacional, pela vida das associações, elementos embricados às lutas dos trabalhadores do campo. Na região em estudo, há iniciativas, tais como a criação de uma Central Sindical em Araraquara, que demonstram claramente que o processo de sindicalização rural foi palco de lutas, de disputas no interior do movimento, também pelas forças sociais presentes em sua constituição – basicamente PCB (4) e Igreja. Sem descartar essa história, ainda pouco conhecida, nosso interesse voltou-se para as marcas jurídico-institucionais que se impõem como parâmetros à prática sindical no pós-64, Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra, num primeiro momento, e num segundo, a criação do Funrural.

O primeiro instrumento, base de estruturação legal do movimento sindical rural, foi promulgado num momento em que vinham se repetindo conflitos sociais de gravidade crescente girando em torno do problema da terra. Parte de um “jogo” contraditório de complexas dimensões, o E.T.R. cria a roupagem institucional de um amplo enquadramento sindical, oferecendo ao mesmo tempo a faceta necessária ao acobertamento do processo de expropriação que se processava no campo. Os bóias-frias são, nessa ardilosa construção, explicados como filhos naturais das obrigações trabalhistas trazidas pela implantação do E.T.R. (10).

O segundo instrumento, Estatuto da Terra (1984), representou claramente a forma encontrada pelo Estado de “dar os anéis para não perder os dedos”. Será o atendimento de uma Reforma Agrária proposta sem participação efetiva dos trabalhadores (23).

O terceiro instrumento, Funrural, proposto em 1972 sob a marca da promoção de uma política assistencialista bem intencionada, na forma dos auxílios previstos, acaba reforçando o processo de esvaziamento dos sindicatos. Cria-se uma identificação forjada entre movimento sindical rural e Funrural; e a proposição do sindicato como órgão executor de determinados serviços de previdência social pode ser entendida como parte dos mecanismos acionados pelo Estado para mantê-lo sob controle como comitê burocrático gratuito (11, 13). A hipótese do Funrural se converter em pólo aglutinador de trabalhadores parece se sobrepor à marca de desmobilização da prática sindical, levando-a a caminhos aparentemente apolíticos, nos quais o reconhecimento parece depender da eficiência maior ou menor dos serviços prestados.

Procuo salientar, nessas intervenções jurídico-constitucionais, a atuação do Estado inserida em um campo de lutas, contrariando a interpretação de que a sociedade se configura apenas pelo poder do Estado. Face às análises de que das leis trabalhistas, do E.T.R., emergem os bóias-frias no espaço político social, como se o Estado fosse o detentor do sentido do movimento da sociedade, procurou-se chamar a atenção de que tais ordenações têm de ser compreendidas em um jogo de tensões e pressões de forças sociais.

Entretanto, sinto nos trabalhos que escrevi a falta de maiores referências sobre o movimento da sociedade, sobre as evidências e invisibilidades de sua ebulição contida. Rejeito a análise de que os bóias-frias existem unicamente a partir do impulso do Estado.

Aponto a perspectiva de desabrocharem resistências nos enfrentamentos do início da década de 60. Partilho da preocupação, dos riscos e diagnósticos falaciosos de se apresentar classes, grupos, sindicato, como expressões mecânicas de leis e direitos que lhes dariam estatuto político e público. Mas não apresento, nas análises desse tempo, subsídios que pudessem converter-se em contrapartida ao ocultamento do movimento das forças sociais.

2º Tempo: ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS SINDICAIS RURAIS EM SÃO PAULO: O PRIMEIRO ALERTA À DIFERENCIAÇÃO

Se, nas reflexões anteriores, aparecia um sindicalismo acobertado pelo manto protetor do controle/assistencialismo, tido como senhor absoluto do comando da prática das direções sindicais, passamos a nos preocupar se haveria diferenciação nas formas de atuação dos sindicatos rurais de São Paulo a partir do estudo de casos das regiões de Araraquara e Ribeirão Preto (9). Partiu-se da história de alguns sindicatos, da caracterização da ação sindical no encaminhamento de questões trabalhistas rurais, do levantamento das posições assumidas pelas “lideranças sindicais” – identificadas no plano institucional – nos Congressos da Contag e no interior da Fetaesp.

Pretendeu-se refletir sobre a influência dos sindicatos no curso das ações políticas e dos movimentos sociais no campo.

Apresentavam-se como indagações centrais desse estudo, verificar como estava sendo tecida a prática das direções sindicais, em que consistia o projeto de reivindicação dos assalariados volantes, até que ponto os bóias-frias poderiam ser protagonistas de estratégias de lutas e em que medida a estrutura sindical vigente acabava por não dar conta concretamente dos diferentes problemas apresentados pelas distintas formas de ser trabalhador rural. Afirmava, quanto a esse último aspecto: “A composição dos sindicatos parece fixar o limite da consciência empírica dos líderes sindicais. Diante de interesses diferentes: obtenção de crédito e financiamento, barganha quanto ao preço dos produtos agrícolas, busca de aumento de salário, tentativa de fazer respeitar uma relação de parceria ou as cláusulas da legislação trabalhista e, subjacente a estas questões todas, o problema da terra, torna-se difícil uma prática sindical que não se comprometa com a perspectiva de

criar uma convivência harmoniosa entre o capital e o Estado.” (9). Essa questão, reposta no debate atual sobre tendências do movimento sindical rural, era apontada como um problema controverso no interior do sindicalismo.

No bojo das preocupações desse tempo, procuramos entender o atributo naturalmente imposto ao trabalhador volante de ser portador de um fraco poder de barganha, a partir de elementos retirados de sua trajetória de vida, de muitas mudanças.

Tal entendimento nos fez descartar tal atributo e nos pôs face a face com dimensões de sua resistência, imbricados em mecanismos de pressão e dominação postos em prática pelos proprietários e empregadores, sob forma de ameaças de “gancho”, proibição de subir no caminhão. Parecia estruturar-se a idéia de um confronto, de um campo de lutas, nem sempre visíveis, que tinha na entrada na Justiça Trabalhista e nas manifestações de contestação ao cotidiano de seu trabalho, marcas de uma ação fragmentada, mas presente.

No circuito das direções sindicais, o silêncio produzido após 64 forjou, de fato, lideranças despreparadas e afastadas da base. Entretanto, o ritmo de sua atuação não era dado por uma nota só.

O estudo demonstrou que no final da década 70/80 havia dirigentes mais comprometidos com os trabalhadores, ou seja, áreas de liderança sindical “avançada”.

A marca da diferenciação mostrava-se no posicionamento face aos processos trabalhistas, no acompanhamento às paradas dos assalariados no cotidiano de seu trabalho, às várias formas de barrar a saída dos caminhões, no pioneirismo face às questões do dissídio coletivo, visto como a perspectiva de se escapar de uma camisa-de-força inibidora, marca da intervenção do Estado sobre o sindicalismo.

Procuramos, nesse estudo, encontrar brechas que nos permitissem recusar afirmações genéricas do tipo “o sindicalismo em São Paulo tem sido uma extensão do aparelho do Estado – um instrumento de colaboração das classes”, denominadas nesse tempo do caminho, como possibilidades de níveis de consciência social diferentes diante dos rumos a serem dados à ação política das lideranças. O campo de lutas aparecia no cenário, mas a tessitura da relação entre direção sindical/formas de luta dos assalariados/ameaças patronais/presença do Estado não se completava, a nível de um possível alinhamento analítico.

3º Tempo: A RECUPERAÇÃO DAS LUTAS EM UM ESTADO ESQUECIDO

No caso de São Paulo, um Estado privilegiado do ponto de vista da modernização da agricultura, costumavam ser frequentes as interpretações enganosas que procuravam descaracterizar a problemática das lutas. Na empreitada de responder tais diagnósticos, nos associamos em um projeto com o objetivo de construir um *mapeamento dos conflitos sociais no campo no Estado de São Paulo, 1964-1981*, levado adiante por um trabalho de garimpo em arquivos da Grande Imprensa, da Contag, da Abra, da Fetaesp, do CPT, de sindicatos de trabalhadores rurais, em uma interminável maratona cujos resultados,

limitados do ponto de vista analítico, nos ofereceram a possibilidade de mergulhar na história dos conflitos detectados no campo paulista.

Se o mergulho foi periférico, o sabor do trabalho em equipe calou fundo no desabrochar de novas inquietações (5, 6).*

As cifras são incontestáveis na afirmação de ser São Paulo um palco de tensões. O material disponível apontou para a existência (entre 1964 e 1987) de 242 mobilizações envolvendo a posse da terra, sendo que os conflitos de assalariados, pelas suas características particulares, pelo seu desenvolvimento em cadeia, não puderam ser qualificados. Apesar do caráter limitado dos dados apresentados em tais trabalhos sobre as lutas que se travam no campo paulista, nos deparamos com novos contornos assumidos pelas forças sociais e políticas presentes em tais lutas. O campo desse conflito não poderia ser discutido a par dos problemas acarretados pela modernização da agricultura; ainda mais, nos levava a repensar a presença dos diferentes agentes sociais envolvidos em tal processo. O Estado chega a intervir, em certas conjunturas, como ator social, implementando ou reprimindo os movimentos sociais. De uma forma ou de outra, está presente na consolidação da empresa agrária capitalista no Estado de São Paulo. Os problemas agrários passam a ser, cada vez mais, problemas políticos gerais. A partir de uma ótica conservadora dissimulada em um circuito inovador, a UDR ganha espaço político, com apoio em contingentes dominantes de origem urbana (7).

De outro lado, parecia estruturar-se um novo sindicalismo rural, parte de um projeto de trabalhadores, difundindo-se em escala nacional.

O terreno, ainda que movediço, parecia reforçar nossa inquietação de melhor compreender as forças presentes no campo de lutas dos assalariados rurais.

4º Tempo: BUSCANDO DESVENDAR INVISIBILIDADES

O total desconhecimento do passado responde pela visão distorcida implícita do diagnóstico de que os movimentos de Guariba são a primeira manifestação contestatória dos bóias-frias, a primeira demonstração de violência no eixo dos canaviais.

Fez-se necessário, portanto, para compreensão da ação social e política dos bóias-frias, repensar o *lado menos visível de sua resistência*. Nesse trabalho, greves isoladas ocorridas na região puderam ser reconstruídas pela memória das pessoas participantes direta ou indiretamente dos movimentos.

Fragmentos do passado de lutas vêm do relato de um trabalhador de Guariba, Mineiro, "... em 1961-62, o patrão continuava pagando a mesma coisa p'ro 'gato' e isso é que dava baixa no nosso salário. É por essa razão que o povo começou a se levantar...

* O projeto inicial foi ampliado, quando nos associamos a um grupo de pesquisadores coordenados pelo CEDEC, empenhados em reconstruir, a partir dos arquivos da Contag e da CPT, *Dez anos de luta pela posse da Terra, 1969-1979*.

mas ninguém tinha muita coragem, ninguém tinha ouvido falar em greve de trabalhador rural. A turma achava que estava pouco, essa coisa toda, mas tinham medo de se manifestar, de parar condução, fazer piquete. Agora eu não sei ... por trás disso houve talvez, foi Deus quem mandou, um orientador que foi dizendo por aí que podia fazer greve. Diante da ingenuidade do trabalhador, da falta de estudos, acredito que só pode ter acontecido isso aí, que Deus mandou essa pessoa p'rá gente. Inventaram de pará um caminhão de turma, os outros foram parando e a *greve funcionô, funcionô* de um jeito que ninguém esperava... Daí chegou o delegado de polícia querendo saber quem era o cabeça da greve. Antes da polícia chegar, já surgiu o papo entre a turma: “Olha, nem que alguém subê quem foi o primeiro que se manifestô, que começô pará, ninguém pode dizê quem foi o cabeça. Se perguntá quem foi o cabeça da greve, todo mundo responde: o cabeça da greve somos todos que tamo aqui.”

Apesar da fala truncada e da nebulosidade que cerca a representação do movimento, estão presentes no registro deste e de outros trabalhadores a marca da necessidade de orientação – num tempo em que não existia sindicato – da ameaça, do medo e da eficácia da greve como arma de pressão. Ainda mais, a reconstituição do sindicato como parte do processo de lutas “foi na briga do trabalhador que criou o sindicato porque se fosse pela vontade do Estado, se não tivesse acontecido a greve de 61, 62, não existiria não”.

O passado de lutas revela, pois, resistências às perdas sofridas no curso do processo de expropriação.

Há outras dimensões de luta, apesar das mesmas ocultarem-se em terrenos instituídos, tratados ou tidos como isentos de tensões. Encontra-se, nesse caso, as lutas que têm, nas décadas de 60 e 70, a Justiça do Trabalho como cenário.

O Campo da Luta Legal: Rompendo Inércias

A consulta aos dados de processos trabalhistas, a leitura de suas peças, a constatação de que enfrentar a Justiça significa o confronto com determinadas estratégias patronais nos levou a refletir sobre o espaço legal como um campo de lutas, ferramenta que conta efetivamente no processo de conquista da cidadania do trabalhador rural.

O mapeamento do fluxo/refluxo das ações trabalhistas, construído a partir da consulta em processos da Junta, em conjunturas concretas distintas, nos permitiu discutir o confronto na Justiça como expressão de uma ação de resistência, ainda que o cenário do Judiciário pretenda demonstrá-lo como legítima indicação de uma relação igualitária. As artimanhas judiciais, os ardis dos processos, a ambigüidade dos advogados, a forma discriminatória da ação dos patrões são facetas invisíveis de um controle, de uma violência que procura acobertar-se nas leis, na impessoalidade aparente da Justiça.

As reclamações trabalhistas, retirando a ação e a resistência do espaço privado, projetando-as no espaço público dos tribunais, representa uma dimensão significativa

para a compreensão de como são travadas as lutas entre assalariados e empresários rurais, permitindo que minimamente nos enfrentemos com outras verdades.

O confronto na Justiça revela que, de um lado, os patrões não têm condições de consumir o desrespeito generalizado às regras e que, de fato, há pressão dos trabalhadores e de seus interlocutores.

De outro lado, não se pode pretender que cada trabalhador individual, cada sindicato, participe do embate legal com o mesmo potencial de resistência, demonstrando todos acionar homogeneamente o campo legal como ferramenta necessária aos mínimos patamares da cidadania. Há expressões de que na Justiça podem aparecer indícios de inversão das regras de dominação que regem a relação patrões-assalariados.

No Campo, a Presença das Operações-Tartaruga

A partir da segunda metade da década de 70, começam a crescer outros movimentos, paradas no processo de trabalho ou saída dos caminhões de turma, *em cima* das necessidades dos trabalhadores. Representaram, no início da década de 80, num momento em que o movimento sindical rural começava a reorientar seu caminho, uma manifestação de resistência face a um estado de privação. No mesmo período, na região, uma greve, a da Usina Tamoio, isolada no meio dos canaviais, mostrou que no curso de um movimento o projeto inicial pode sofrer reformulações: a questão da terra, a luta pela desapropriação, apareceram como desdobramentos da luta salarial, ainda que não tivesse tido continuidade (14). A luta pela terra permanece incubada por quase dez anos, desabrochando em 1988 através de um acampamento constituído na Usina.

Nesse trabalho de desfazer invisibilidades foi preciso, muitas vezes, quebrar estigmas ou, pelo menos, enfrentar conflitos respaldados por toda uma engrenagem lubrificada ideologicamente.

A investigação da atitude de resistência levada adiante pelo contingente feminino, a superação da concepção de que as mulheres são sujeitos de movimentos subalternos centrados na esfera reprodutiva, as imbricações entre suas reivindicações específicas e as do conjunto de trabalhadores rurais inserem-se em tais desafios (15, 21).

Afinal, o trabalho de resgatar invisibilidades nos trouxe como legado o desafio de trabalhar com uma montagem na qual faz-se necessário caminhar analiticamente sobre as diferenças em termos de concepções, trajetórias e desfechos. Assim como revelou-se nesse percurso a impossibilidade de discutir a ação dos bóias-frias, homens-mulheres, em um bloco homogêneo, também os sindicatos, peças ausentes ou presentes no cenário das lutas, devem ser analisados em movimentos sob a ética de diferenciação de suas práticas.

Se essa montagem expressa um desafio às concepções e paradigmas teóricos instituídos, não há como fugir desse quebra-cabeça.

A história que está sendo vivida e recriada coletivamente pelos trabalhadores rurais, a ação dos sindicatos e de outros mediadores, a reflexão sobre a complexidade das relações sociais subjacentes ao campo de disputas no qual se inserem os movimentos dos assalariados rurais mostram, a cada passo, distintos pontos de inflexão, pautados por incertezas, sem desfechos programados. Enfrentá-los significa encarar a discussão como uma sementeira, na qual a gestação de novos eixos analíticos não traz implícita a certeza de uma colheita segura.

5º Tempo: A PUBLICIZAÇÃO DAS LUTAS DOS BÓIAS-FRIAS PAULISTAS: IDENTIDADE DA CATEGORIA X NOVO SINDICALISMO?

Face às greves de 1984, explicações centradas na incapacidade de resistência dos assalariados volantes, na sua frágil organização, fruto da sazonalidade e mobilidade espacial, e no atraso congênito do sindicalismo rural paulista revelam-se inadequadas, empobrecidas mesmo. De outro lado, a compreensão da história das lutas dos assalariados volantes, a mudança da sua natureza, sua relação com o movimento sindical rural exigiram o repensar as condições de vida e trabalho dos bóias-frias.*

No passado, sob diferentes formas, vivendo em espaços vigiados, os bóias-frias empreenderam ações de resistência. No presente, o cotidiano do seu trabalho, sua situação de privação e a exclusão da cidadania que lhes é imposta também são questionadas.

Suas reivindicações, suas práticas de resistência, manifestas algumas vezes na esfera reprodutiva, devem ser repreendidas em uma relação de unidade – ainda que contraditória – face às relações de dominação e comando vivenciadas no momento do processo produtivo. As implicações de o espaço urbano ter se constituído no *locus* privilegiado – ainda que não único – das manifestações dos trabalhadores volantes, e no cenário de suas reivindicações, pesam nos desdobramentos dos movimentos sociais destes trabalhadores. A tessitura das relações entre as lutas que se processam nas esferas da produção e da reprodução impôs-se como elemento constitutivo necessário à compreensão da natureza das lutas travadas hoje pelos bóias-frias.

A luta urbana dos trabalhadores rurais passa a ser determinada pelas condições objetivas do processo produtivo. Por sua vez, a produção de novas necessidades criadas no espaço urbano redireciona a luta no processo produtivo, gerando uma articulação entre os dois espaços, reforçada pelos termos em que se processa a negociação da greve, já que a estrutura do poder detectada no espaço rural encontra no urbano a sua faceta complementar e necessária de institucionalização.

* Desse encontro de indagações nasceu o projeto: *Bóias-frias trabalho e lutas*, que vem sendo desenvolvido em colaboração com Maria Aparecida Moraes Silva, professora do Departamento de Sociologia (FCL/UNESP, Campus de Araraquara), companheira, amiga, com quem compartilho problemas de pesquisa e de vida.

Novo Cenário, Novos Pontos de Reflexão

Redimensionando o eixo analítico, há que se refletir sobre o que existe de novo nos caminhos e descaminhos dos bóias-frias em São Paulo, empreitada instigante, fértil terreno de desafios metodológicos.

Procuro enfrentá-los, buscando compreender a construção desse campo de disputas, seu matizes distintos que perpassam as formas de ser e agir dos bóias-frias dessa região.

O contacto com a realidade nos põe frente a frente com esses sujeitos, vindos de outros estados, expropriados de sua terra, com tempo razoável de permanência na região.

O perfil da categoria bóia-fria traz, nesta e em outras regiões, a marca de muitas diferenciações. Distintas trajetórias de vida, relações de um passado recente ou remoto vivido na relação com a terra, andanças forçadas pelo movimento das migrações são partes constitutivas dessa categoria a impingir-lhes a marca da heterogeneidade e da diferenciação. Há que se pensar no peso representado pelas estratégias patronais, na intencional e racional escala das divisões cultivadas para impedir contactos e gestação de ações coletivas, para conter a perspectiva de difusão de experiências vividas em outras lutas, o que leva os empresários e seus agentes a disporem sob espaços físicos distintos, igualmente vigiados, os bóias-frias da região e os de fora, sujeitos errantes, em processo de expropriação mas com a memória presente da resistência vivida face às perdas passadas.

A explicação do trabalho volante pela ótica única da sazonalidade frustra-se se observarmos que há possibilidade de emprego na entressafra, desde que os bóias-frias se ajustem ao conjunto de estratégias patronais acionadas em distintas dimensões de seu tempo de vida e de trabalho. O fato dos bóias-frias serem trabalhadores temporários em um circuito de relativa regularidade não afasta do cenário o recurso aos fluxos migratórios, reservatório acionado pelos usineiros sempre que se faz necessária mão-de-obra mais facilmente domesticável, mantida com frequência em espaços físicos segregados, como medida cautelar de controle.

Despe-se e veste-se o controle de novas roupagens. A vigência das listas negras com duração média de três anos, nas quais o registro do “sujo”, encenqueiro, aparece como mecanismo regulador e inibidor das práticas sociais dos bóias-frias. O cotidiano do seu trabalho, a proibição ou não de subir nos caminhões comporta enfrentamentos. Sob espaços vigiados, abrem-se brechas de discussões, de conversas na carroceria do caminhão, fora dos olhos dos fiscais, no próprio eito dos canaviais, na volta do trabalho, nos botecos, nos pontos de rua. Assim, a forma de expressão política adquire novos contornos, não se restringindo aos lugares mais tradicionais de organização. “Alarga-se, portanto, a dimensão politizável da vida social e muda a própria noção de política...” “Muda também o que é ‘Social’ e de quem se fala quando se diz ‘trabalhador/movimentos coletivos populares’”. (20: 62). O social não é mais só estrutura, mas expressão do

cotidiano. “Os trabalhadores não são mais personificação dessa estrutura, nem apenas objetos de exploração do capital, nem apenas produtos das instituições políticas e nem mais pura realidade empírica que o cientista social trataria de classificar, catalogar, registrar. São sujeitos que elaboram e procuram representações próprias e de si mesmos: como trabalhadores ou favelados ou mulheres ou operárias ou tudo isso, dependendo do movimento de vida coletiva na qual constróem sua experiência.” (20: 62).

Assim, se os bóias-frias têm politicamente espaço público de relacionamento a partir do episódio Guariba, isso nos leva a pensar na construção de sua identidade nas lutas e enfrentamentos. Evidentemente a gestação desse movimento tem raízes anteriores.

A mitificação da marca Guariba parece anular o passado dos bóias-frias, como se os mesmos tivessem brotado em 1984. Em uma releitura, poderíamos dizer que sua constituição em luta coletiva tem de ser compreendida através de suas mediações com as marcas da violência presentes no processo de expropriação sofrido pelos bóias-frias.

A avaliação do que os bóias-frias estão enfrentando e estão sendo não implica uma fabricação do silêncio sobre seu passado.

O fato de muitos bóias-frias interiorizarem o silêncio, o atributo natural de sua incapacidade de reação, expresso na representação da “morte como carneiro calado”, pode ser explicado pelo peso das ameaças sofridas no circuito de suas vidas.

Não pode, entretanto, impedir ou afastar seu reconhecimento como atores políticos, cuja ação se movimenta em um campo de confrontos.

Discordamos das concepções de que os bóias-frias, pela natureza de seu trabalho – aliás, o próprio caráter de intermitência pode ser repensado –, pela menor experiência de luta e tempo mais curto de assalariamento, seriam incapazes de imprimir à sua resistência uma dimensão que não fosse meramente pragmática e imediata.

Partimos da concepção de que sua vida e trabalho, imbricados às perspectivas de engendram formas de luta, devem ser discutidos em um movimento cujo processo de construção exige reflexões sobre seu espaço físico, a atuação dos interlocutores coletivos em suas práticas diferenciadas, nos momentos de estruturação/gestação/eclosão/negociação ligados a greves, como também no cotidiano desses trabalhadores.

Cabe ressaltar que o fato de estarmos privilegiando a análise das práticas sindicais de uma determinada região que tem uma configuração específica, supõe a superação da concepção do sindicato como espaço único e monolítico da “política”. Ainda mais, o entendimento das formas de resistência dos bóias-frias – expressões diferenciadas de luta – exige que trabalhem com a problemática da construção da própria luta, da maneira como tais agentes, no cotidiano de suas vidas – formas de sociabilidade, campo jurídico, preparação da campanha salarial – e nos momentos de greve, manifestam ou não uma posição de confronto às regras estabelecidas.

Analisadas em suas diversidades, as lutas dos assalariados agrícolas expressam-se em momentos de maior mobilização e desmobilização, entendidos ambos como constitutivos de um processo tenso, contraditório, cuja dinâmica deve ser interpretada em sua tessitura

interior, muitas vezes envolvida em uma rede de invisibilidades, em seus desdobramentos, nos quais há que se considerar mudanças político-institucionais consideráveis no âmbito do Estado e da sociedade civil. Tais mudanças podem ter adubado o terreno para que os atores sociais em confronto dispusessem de condições distintas para enfrentar o próprio processo de luta.

Nossa proposta analítica é compreender a relação entre diferenciadas formas de luta dos bóias-frias x movimento sindical rural x ação do Estado em três momentos distintos, perpassando as décadas de 60, 70 e 80. Em sessenta, sob as marcas iniciais do processo de expropriação, respaldado pelo manto protetor do Estatuto do Trabalhador Rural, o sindicalismo rural, engatinhando, é posto sob forte repressão. As lutas dos trabalhadores rurais, esporádicas, mantidas sob silêncio, se fazem presentes. Na década de 70, sob novas facetas do Estado, com uma situação de assalariamento já implantada, com promessas de proteção revigoradas, o movimento sindical rural dá sinais de ressurgimento, ainda que não se possa falar em uma escalada energizante, ao passo que as lutas manifestas no cotidiano, as chamadas lutas por migalhas, esquecidas, são inequivocamente sinais de resistência.

Na década de 80, a reorientação do Estado, o fortalecimento e organização da reação patronal, a estruturação de novas lutas e seus desdobramentos, não só ampliam o campo de conflitos, como viabilizam a expressão de lutas pré-existentes em rumos desiguais.

Suas conseqüências em termos de aumento das ações trabalhistas, da intensificação de luta por fazer valer os direitos, podem se expressar em dimensões que não são transparentes, não têm registros ou espaços públicos de reconhecimento, o que pode ser tomado equivocadamente como indicador de sua inexistência.

A invisibilidade de algumas dimensões de luta contrasta com a visibilidade das greves. Os descompassos da história das lutas dos assalariados agrícolas podem ser invisíveis para os próprios atores em disputas.

Os desafios de análise, peças de uma rede cuja tessitura está se fazendo, propõem pontos e contrapontos a serem desvendados no acompanhamento concreto das ações, relações sociais, representações, projetos, sonhos e lutas que compõem a trama das lutas dos bóias-frias e do sindicalismo rural paulista.

O “Preço” da Publicização

As lutas dos bóias-frias paulistas provocam, a partir de 1984, o ecoar de suas vozes além dos eitos dos canaviais. Passam a ser vistos como sujeitos pelos outros.

O reconhecimento público de sua resistência, até então rotulada de uma luta por migalhas, pode levar a interpretações de que os bóias-frias passam a ser portadores de uma organização política já constituída.

Há ganhos e riscos em processo de publicização. "... Tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível..." "até mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie de existência incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas; por assim dizer, de modo a se tornarem adequadas à aparição pública." (3).

A publicização das lutas não deve ser interpretada, no caso dos bóias-frias, como se os mesmos tivessem completado, em 1984, seu processo de constituição como sujeitos sociais é de re-conhecimento.

Se, até a marca Guariba, os bóias-frias paulistas eram tidos como filhos naturais da modernização e incapazes de gerar confrontos significativos às leis do patrão, a coletivização e publicização de suas lutas criam, de fato, contrapontos à visão dos mesmos como sujeitos de uma história marcada pelo silêncio, pela suposta irrelevância de suas manifestações.

No entanto, não vão se apresentar a partir de 1984 como detentores mágicos do poder de mobilização e organização. Romperam, inegavelmente, ao nível das práticas, a clivagem da fragmentação. Enfrentam, no dia-a-dia, novas ferramentas de pressão que os impedem muitas vezes de definir-se e reconhecer-se mutuamente. A publicização de suas lutas exige o repensar dos bóias-frias em suas práticas, não apenas como alimento e fermento da acumulação capitalista.

Ainda mais, há que se pensar que não bastam definições prévias de política, consciência e organização. As formulações/ações/representações dos sujeitos dos movimentos podem revelar descolamentos dos centros institucionais, tidos como geradores de organização, uma redimensão do cotidiano e a perspectiva de novos horizontes de solidariedade.*

Reordenando os Parâmetros da Análise; Sindicalismo X Lutas: Desencontro nos Trilhos

Os ritmos desiguais da relação sindicato/rumos dos movimentos são uma das mais significativas expressões da complexidade dessas lutas. Tal relação, negação explícita da possível ou idealizada existência de elementos lineares na emergência concreta de manifestações de movimentos sociais, nos põe diante de um corte analítico, através do qual revela-se a impossibilidade de se discutir sindicatos como blocos monolíticos – como se a determinadas instituições estivesse destinada uma dimensão de pura e simples exterioridade, de absoluto comando unitário – ou se pensar movimentos sociais como se os atores

* O trabalho de Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena* (19), mesmo sem discutir especificamente os rumos das lutas dos bóias-frias, é riquíssimo na reflexão apresentada sobre a criação de novos sujeitos sociais históricos; sobre a política reinventada dos movimentos dos trabalhadores da Grande São Paulo e seu enfrentamento com os focos da velha política.

dos mesmos já tivessem uma ação-resposta homogênea compartilhada por todo o conjunto do segmento.

Assim como não há necessariamente uma sintonia entre a liderança ou direção sindical com os rumos dos movimentos sociais, não há também um envolvimento nivelador por parte dos agentes direta ou indiretamente envolvidos pelos movimentos sociais. Tanto pode haver um fluxo dos movimentos que exija uma modificação na prática política das direções sindicais, quanto estas podem ser a ferramenta mestra de mudança no seu comando.

Nessa engrenagem descompassada descortinam-se novas práticas sociais consubstanciadas, ora em um complexo movimento constitutivo de afirmação/renovação das direções sindicais, por sua vez possivelmente decorrentes de terem as lutas concretas ultrapassado os próprios limites do sindicalismo instituído, ora em uma discussão das estratégias de luta a serem adotadas.

Identidade Política dos Trabalhadores Rurais: Construção da Resistência nas Lutas?

O corte analítico escolhido para essas reflexões nos leva a discutir a construção da identidade política dos trabalhadores rurais como um princípio estruturador de suas lutas e de sua prática instituinte. Sua resistência assume um espaço público de reconhecimento. O discurso da exclusão, da suposta incapacidade dos trabalhadores volantes agirem e reagirem coletivamente, precisa curvar-se à força das greves que, no estado de São Paulo, têm em Guariba (1984) sua mola mestra. Se para “os portadores de uma identidade dominada” seria “difícil levar a cabo ações que não correspondam às prováveis já estabelecidas pela trajetória social” (18); os bóias-frias de São Paulo demonstram, a partir dos movimentos grevistas de 1984, possibilidade de provocar a subversão dos atributos de sua identidade, até então estigmatizada.

Entretanto, a construção da identidade não obedece a padrões lineares de estruturação, devendo ser concebida como expressão contraditória das relações e condições econômicas, políticas e culturais que a engendram.

A gestação dessa identidade, através da qual se caracteriza o processo de constituição e transformação dos sujeitos das lutas, reafirma a necessidade de resgate das diversidades na análise das lutas dos trabalhadores rurais.

Face a tais parâmetros, a hipótese de um novo sindicalismo, com expressão de vanguarda na região de Ribeirão Preto, não deve ser encarada pura e simplesmente como se uma força avassaladora tivesse energizado homogeneamente o movimento sindical rural.

Os Contornos do Campo de Lutas

Perfis diferenciados de direção sindical cruzam-se com estratégias patronais revestidas de novas roupagens, alimentadas pela busca de controlar o cotidiano de trabalho e da vida, de vigiar os poros da esfera produtiva e reprodutiva dos trabalhadores rurais, de ameaçar de dispensa – sob facetas várias – homens e mulheres bóias-frias, através do registro negro dos grevistas, da exigência de atestados de esterilidade para mulheres, de utilização acelerada da mecanização poupadora de mão-de-obra.

Na cena, entram outros atores, a imprimir nova montagem ao espetáculo. De um lado, a Igreja (através da CPT) e a CUT são peças constitutivas desse campo de disputas. De outro, a presença do Estado, em instâncias e momentos diferenciados – programas emergenciais de frentes de trabalho, projetos de assentamento –, desdobrando-se na esfera do poder político local, financiando – através da Secretaria de Promoção Social e de outros agentes que dão concreticidade à sua atuação – a organização preparatória da campanha salarial, interfere decisivamente no curso dos movimentos. Reforça as garras dos usineiros, busca aproximação com o sindicato, trajetória aparentemente ambígua, mas extremamente significativa para a intelegibilidade do processo.

Para esse cenário, quais seriam as marcas da mudança das lutas dos bóias-frias em São Paulo? Estariam na Renovação das direções sindicais, na instauração de um novo sindicalismo que, sem reproduzir o modelo Pernambucano, teria se imposto como desafiante legitimado, capaz de dar conta da garra dos trabalhadores? Estaria na construção da identidade dos bóias-frias, no fato dos mesmos terem assumido a especificidade de serem cortadores de cana e/ou na vivência compartilhada do mesmo espaço de sociabilidade?

Face às incertezas, pensemos um pouco mais no movimento concreto dessas lutas nos últimos anos. Seu acompanhamento nos põe diante de um corte analítico, através do qual revela-se a impossibilidade de se discutir, por parte dos protagonistas dessa história, uma ação niveladora comum a todo o conjunto da categoria.

Não existe necessariamente uma sintonia entre a prática sindical e os caminhos das lutas, assim como não há também um envolvimento único por parte dos agentes, direta ou indiretamente, no campo de confronto, podendo-se criar novos fossos entre a expressão de vanguarda do sindicalismo e o conjunto dos trabalhadores rurais.

A região de Ribeirão Preto vem sendo um retrato fiel dessa engrenagem descompassada. Tomemos alguns fragmentos dessa diferenciação, buscando recuperar o cenário de expressão das novas práticas.

Identidade Econômica da Região: Detonador das Lutas?

A explicação da mudança na natureza das lutas dos bóias-frias em uma região fortemente marcada pela presença dos canaviais e laranjais deve ser pautadas, segundo algumas análises, pelo circuito de modernização acelerada da agricultura paulista, pela concentração do capital e da força de trabalho volante, elementos que teriam criado condições para a “auto-identificação desses trabalhadores enquanto categoria, pré-condição para sua mobilização política” (8).

A mudança no perfil da categoria de bóias-frias pela apropriação de um saber marcado pelo exercício continuado de uma atividade no conjunto da produção rural é discutida igualmente no bojo do processo de modernização do pólo mais capitalizado do Estado (2).

Evidentemente, as mudanças ocorridas na base produtiva têm de ser levadas em conta. Não são produto de um acaso histórico.

A região de Ribeirão Preto apresenta uma agricultura altamente capitalizada, com elevados índices de produtividade e proletarização rural. Representada como um novo pólo de atração migratória, a região reproduz fatores de expulsão e atração, implicando um contraditório movimento populacional. A expansão da cana-de-açúcar acarreta uma maior demanda de mão-de-obra, o que explica a vinda de migrantes temporários, os chamados queima-latas, para a região (25). Entretanto, a substituição forçada de alimentos das pequenas propriedades implicou em expropriação, emigração ou movimento de proletarização, processo esse que redundou em perdas, quer as mesmas tenham ou não potencializado mobilizações de resistência. A expansão do processo de capitalização do campo, hegemônica em sua dinâmica pelo capital ligado à agroindústria canavieira, não pode ser reificada, a ponto de obscurecer ou intencionalmente ocultar a presença/exclusão/reação possível dos agentes sociais que vivenciaram esse processo.

Da ótica de valorização da região, os índices são incontestáveis: saldo migratório crescente de 1,67 entre 60/70 para 17,53 entre 70/80; área agricultável abrangendo mais de 3.400 mil hectares, registrando 24% do valor da produção agropecuária do Estado, em 1980, distribuição concentrada da estrutura fundiária. Dados do Instituto de Economia Agrícola mostram, para o período de 1970 e 1980, que os imóveis rurais de área entre 3 e 30 ha são representativos em alguma medida para a produção de feijão e amendoim. Nos imóveis com área superior a 300 ha, concentram-se as atividades de soja, com 55% da área cultivada com a cultura, cana-de-açúcar com 66% e milho com 46% (16). Comparativamente, a região respondia, segundo dados de 1980, pela metade da produção de soja e laranja e por mais de 1/3 da produção de cana-de-açúcar do Estado. Na safra de 1974/75, a área cultivada com cana foi de 316.100 ha, na de 80/81, estima-se pelo IEA, uma área de 535.500 ha – aumento de 63%.

Um olhar sobre a região a partir desses indicadores oferece necessariamente explicações significativas a respeito da subordinação da agricultura ao capital, do impacto do processo técnico sobre as relações de trabalho, da reordenação das unidades de produção. No interior das cifras, obscurecem-se outras alternativas vislumbradas nas situações atin-

gidas. Às mudanças parece não ter havido nenhuma contrapartida. Aos agentes sociais por elas atingidos é relegado o silêncio dos que devem desaparecer.

Há, entretanto, necessidade e possibilidade de um outro olhar sobre a região. No presente/passado, as resistências dos colonos, as “greves” dos sujeitos que estão se proletariando no início da década de 60, a reconstrução, através da memória de seus protagonistas, de reivindicações, lutas políticas, tornam esse outro olhar necessário para a compreensão da região.

A região não apresenta linearmente projetos e programas de valorização do capital. Tensões, mutações, antagonismos, conflitos de interesses são constitutivos desse campo social.

A hipótese de sua identidade econômica pode, se agigantada, apresentar-se como se uma força avassaladora, vinda da engrenagem capitalista, tivesse energizado o contingente dos bóias-frias. Tal hipótese não pode ser autonomizada.

Há perdas sociais que se avolumam na região, penalizando especialmente os bóias-frias. Além dos mecanismos de dominação que lhes são impostos para serem “aceitos” na turma de trabalhadores, das privações que os excluem, com frequência, do mundo dos “direitos”, vivem uma situação de insuficiência crônica de superação de suas necessidades de reprodução social.

Se a identidade da região, da ótica de valorização do capital, é inegável, há que se pensar em outras mediações que podem explicar o desencadeamento das lutas dos bóias-frias.

O cenário da região comporta diferenciações. As cidades-dormitório, criadas e/ou adubadas para suprir necessidades do capital, face à perspectiva de contar com reservas de força de trabalho volante, podem oferecer condições à germinação das lutas.

Cidades-Dormitório: O Que Há Nesse Horizonte?

Pensemos em Barrinha, população de 20 a 25.000 habitantes, cidade-dormitório por excelência, com mais de 10.000 bóias-frias na safra. Nas portas da cidade, uma grande usina mostra, em sua paisagem gigantesca, que os olhos e ouvidos do capital têm concreticidade, podendo converter-se em diferentes formas de controle.

Além do “miolo” – parte sudoeste da cidade composta por pouco menos de 50 quarteirões, nos quais se localizam a prefeitura, a Matriz e todo o comércio, – tudo é bóias-frias. Toda a parte leste da cidade se destina à moradia dos trabalhadores. Na região norte fica também o centro comunitário, utilizado para reuniões dos trabalhadores rurais e para festas.

Depois da volta do trabalho, o cenário da cidade se modifica. Nos botecos, o movimento sempre é grande. Muita conversa, bebidas, jogatina. Quase todos os botecos frequentados por bóias-frias têm um salão no fundo, onde uma ou duas mesas servem

para o baralho ou o jogo de dados. Não é difícil também presenciar brigas nos bares. Aí se conversa de tudo, não apenas a respeito das condições de vida e trabalho.

Reclama-se muito do problema de moradia, aluguéis altos, muita gente morando apinhada. A chegada do contingente de mineiros dificulta a situação. Existem alojamentos onde num quarto ficam 8, 9 ou 10 mineiros. Parecem reproduzir senzalas. Os mineiros não falam muito, recusam-se a gravar entrevistas, mas entre lacunas deixam transparecer o sofrimento, a desesperança, a marca das perdas das muitas andanças. O preço da vinda forçada é sentida e representada como um duro fardo. Há, entretanto, informações de que parte dos mineiros — não em bloco — agilizaram os movimentos grevistas da região, chegando alguns até a constituir-se em cabeças de greves, prática que representa um confronto aos mecanismos segregacionistas acionados pelos usineiros para manter os bóias-frias do lugar e os de fora em espaços físicos distintos, visando impedir sua identificação.

A distância de moradia pode não ser um empecilho irremovível. Entretanto, a proximidade de moradia de agentes atuantes nas comunidades da Igreja e dirigentes sindicais tem favorecido, em Barrinha, a politização dos espaços de sociabilidade.

No sindicato, constata-se a quebra de tradição do presidente todo-poderoso. Realiza-se um trabalho cotidiano nos locais de trabalho. Nas épocas de greve, o presidente do STR chega a ir às casas dos trabalhadores, avisando o resultado das assembléias e a deliberação de se entrar em greve. Além disso, o fato de ter uma ambulância como condução cataliza mais trabalhadores ao redor do sindicato. Esse é um dos aspectos que nos leva a discutir a possível reapropriação de instrumentos e práticas próprias do assistencialismo.

Em sua prática sindical, o presidente do STR privilegia a fiscalização do circuito do espaço produtivo. De outra parte, uma trabalhadora rural que se destaca nas lides sindicais, em um trabalho de comunidade ligado à Igreja, mantém um contacto constante com famílias de trabalhadores no espaço reprodutivo.

Morando perto, praticamente na mesma quadra, as lideranças mais significativas têm tempo de discutir sobre estratégias de luta e avaliar como os diferentes agentes presentes no campo de confrontos estão se enfrentando.

A rede de relações próximas do sindicato com a Prefeitura parece ter-se rompido após os últimos resultados eleitorais.

Inegavelmente, em Barrinha, politizam-se os espaços de sociabilidade, pela mediação do sindicato e das comunidades. Dos terços e novenas à realização de forrós e patrocínio do carnaval, constata-se a apropriação política, pelo sindicato, das alternativas de lazer.

Dentro dos espaços politizáveis, a ação do CPT parece ter refluído de 84/85 para cá. Entretanto, outra pastoral tem despontado na região: a *Pastoral do Migrante* — expressão política da presença dos “queima-latas” na região — que tem exercido influência significativa na prática de alguns sindicatos de trabalhadores rurais da região.

Dobrado uma cidade-dormitório de menor porte, tem em todos seus poros a presença dos bóias-frias.

Os pontos dos caminhões não estão, como em outras localidades, dispersos pela cidade. A maioria faz ponto na Igreja Matriz onde, pela manhã, é possível encontrar centenas de bóias-frias. O presidente do STR se aproveita desse encontro para passar folhetos, conversar nas rodinhas, discutir, no dia-a-dia, os rumos da campanha salarial e as perspectivas de greves.

A formação do sindicato foi marcada fortemente pela ação da CPT. O trabalho pastoral implicou uma prática de educação e formação na qual experiências de lutas dos trabalhadores eram discutidas e analisadas. A ida a campo, na condição de cortador de cana, entrava como ingrediente de prática política.

As mulheres bóias-frias chegaram a ocupar todos os cargos de direção do sindicato. O afastamento do padre responsável pela CPT na região, a dupla jornada que impedia muitas vezes dirigentes sindicais mulheres de viajar e dedicar mais tempo às lides políticas, acabam por gerar um certo isolamento do sindicato.

Esse fator não prejudicou a participação dos bóias-frias de Dobrada nas greves de 84, o que se dá sob comando das mulheres, linha de frente dos piquetes, as quais orientam sua prática na tentativa de acalmar os motoristas e “conversar” com a polícia.

As mulheres têm demonstrado voz ativa e iniciativa no processo de politização. Em 1988, face à deliberação da maior usina próxima de não mais contratar mulheres casadas, a não ser mediante comprovação de sua esterilidade, reagem.

Sofrendo a exclusão da entressafra, agravada com a referida estratégia patronal, as mulheres se organizaram, discutindo nas ruas, na Igreja, as formas de reagir. Fizeram uma passeata, pressionaram a Prefeitura visando conseguir cestas de alimento de emergência e o comprometimento de abrir frentes de trabalho, caso a Usina não modificasse sua decisão. A garra das trabalhadoras provoca um recuo da Usina, que passa a readimiti-las.

É interessante notar que a organização desta mobilização não foi iniciativa dos sindicatos, o que mostra a perspectiva de serem desfeitos e refeitos os lugares e atores da prática política.

Passando-se em revista outras cidades-dormitório, apesar das diferenças de cenário, os trabalhadores parecem encontrar, nas experiências do cotidiano, espaço para discutir seu tempo de vida e de trabalho. Em algumas delas a divisão centro-periferia tem demarcações claras.

Há bairros com altíssimas concentrações de bóias-frias, como o João de Barro, localizado em Guariba, nos quais a movimentação dos caminhões mistura-se com o ruído dos botecos de pontas de rua. Não são apenas os botecos os espaços de sociabilidade. A Igreja mantém, como prática usual, a realização de reuniões nas quais, sob atividades várias – costura, alfabetização, catecismo – apresenta-se a perspectiva de politização das relações sociais.

O fato de nos referirmos às cidades-dormitório como fermento de politização não deve ser generalizado, mas discutido como uma possibilidade que tem, em alguns lugares,

perspectivas mais viáveis de concretização. O espaço de sociabilidade compartilhado, além do lugar de produção, por homens e mulheres bóias-frias, não é necessariamente um lugar de exercício da política. Entretanto, o cotidiano dos bóias-frias, a vivência compartilhada de privações, as experiências vividas no tempo de trabalho, podem converter-se em um espaço político.

A perspectiva de encarar o cotidiano como o espaço-tempo onde nada acontece deve ser rediscutido. Éder Sader (19: 12) nos mostra “o que e o quanto aí acontece quando movimentações que antes podiam ocorrer do modo quase silencioso... passam a ser valorizadas enquanto sinais de resistência, vinculados a outros num conjunto que lhes dá a dignidade de um “acontecimento histórico”... “não é o cotidiano nem sua aparência reiterativa que fazem a novidade, mas o sentido novo que lhes emprestam seus agentes ao experimentar suas ações como lutas e resistências.”

Sob espaços vigiados, os bóias-frias encontram brechas para discutir seus direitos, a campanha salarial, para comparar os pisos propostos nas pautas de negociação aos preços da alimentação, para avaliar a entrada na greve face à rede bem tecida das estratégias patronais.

Assim, ao mesmo tempo em que as cidades-dormitório são indispensáveis para subsidiar a reserva de mão-de-obra, mesmo porque há limites para a expansão das periferias, cria-se um espaço necessário à reprodução desta força de trabalho, sob o domínio do capital, que acaba por escapar ao seu controle, convertendo-se em uma armadilha. Cria-se, objetivamente, a expansão possível de um espaço de sociabilidade* que passa a ter contornos políticos, transformando-se no elemento de mediação da construção possível da identidade dos bóias-frias.

Apesar das diversificações de suas histórias de vida e da fragmentação que lhes é imposta, os distintos segmentos que compõem os bóias-frias da região têm em comum o fato de, nas cidades-dormitório – para onde se dirigem aqueles trabalhadores que vêm de fora, independentemente do processo de aliciamento controlado pelos usineiros –, terem um espaço de vivência comum, no qual mesclam-se o tempo de trabalho e o raro lazer que lhes permite, nas ruas de canaviais e fora do domínio de servidão das usinas, conversar sobre seu cotidiano.

O percurso das casas para os eitos dos canaviais, a fala, muitas vezes codificada, usada na ida e na volta nos caminhões, as paradas de pontos de ruas, o papo “descompromissado” à beira do balcão dos botecos, podem converter-se no germinal da construção

* Em nosso entender, o espaço de sociabilidade, que vai expressar a vivência de uma situação comum de carência, não deve ser encarado como tendo uma alocação prioritária e exclusiva no domínio privado. Pelo contrário, transforma-se em um momento de elaboração de um projeto político. Ao tomar este eixo como articulador das lutas dos bóias-frias, pretendo criticar a dicotomia “privado versus público”, na medida em que, nela, o “privado” é apresentado como a ausência do político e o “público” como locus privilegiado do político. No espaço de sociabilidade vivenciado pelos bóias-frias, o mundo de significações gerador de suas mobilizações emerge do plano político.

política da identidade dos bóias-frias, processo esse tenso e movediço, não tecido espontaneamente nem provocado pela voz e força de um único mediador, o sindicato...

Fragmentos da História das Greves dos Bóias-Frias

Em 1984, nos movimentos centrados em Guariba, o carro chefe, a voz de comando, não vieram do sindicato.

A assimetria com a direção sindical não deve ser identificada à espontaneidade. A resistência, em 1982/1983, face à decisão patronal de instituir o sistema de 7 ruas pesou na sementeira das lutas. Nesse processo, o comando das ações esteve dividido entre a CPT e o movimento sindical rural que não demonstrou, na hora da colheita, na eclosão das greves, condições para se tornar seu carro-chefe.

Por outro lado, o fato do detonador imediato dos conflitos manifestar-se na reação a um elemento constitutivo do espaço reprodutivo não é expressão de sua menor importância. A idealização de modelos pode impedir a compreensão da caminhada dos bóias-frias paulistas. As mudanças qualitativas das lutas de São Paulo face às greves do engenho de Pernambuco não devem ser imputadas à falta de uma tradição camponesa, hipótese, no mínimo, controvertida, mas analisada em um cenário desigual, no qual atores se movem sob circunstâncias distintas.

No bojo das greves, o campo de disputas e divergências na direção do movimento começa a ter maior viabilidade, aparecendo na CUT a expressão do confronto à posição defendida pela Fetaesp.

A busca da retomada de um espaço perdido é visível no tempo de movimentos seguintes.

Em 1983, a Fetaesp busca reaver a direção do processo, mas já havia efetivamente se instalado uma divisão no interior do movimento sindical rural paulista, que vai ter conseqüências nos desdobramentos das lutas e no próprio avanço detectado nas pautas de reivindicação propostas.

A luta pelo emprego na entressafra, reivindicação das greves de janeiro de 1985, exprime um questionamento à insegurança e sazonalidade do emprego volante. Seguem-se a ela dimensões de uma luta pelo maior controle da cana cortada e mudança na forma de pagamento, ou pela inversão de algumas regras impostas no processo produtivo.

Ao avanço das reivindicações segue-se um crescimento da repressão, tanto a nível da prática patronal, na qual a ameaça de demissão e a formação das "listas negras" alternam-se com o aliciamento de uma força de trabalho trazida de outros Estados, possivelmente mais domesticada, quanto a nível do exercício direto da violência policial. As garras empresariais e a violência institucionalizada dos aparelhos do Estado demonstram, em suas ações, simbiose e complementariedade.

Entretanto, a garra dos bóias-frias não submerge. Das comissões de greve, que nortearam sua prática por um enfrentamento à direção da Fetaesp, originou-se um processo de oposição e conseqüente renovação das direções sindicais, mais marcado na região de Ribeirão Preto. De início, procurou-se contornar e negar a existência de uma posição de confronto à Fetaesp. Entretanto, a constatação de que as greves revelaram a inércia do sindicalismo rural paulista exige que a própria Fetaesp, ou que alguns setores dela reorientem sua prática. Instala-se uma disputa no processo de formação das oposições sindicais. A Fetaesp, de certa forma, estimula esse processo ou vai sentir-se pressionada, para não perder o comando do movimento para a CUT, a aceitar esse processo. Em várias unidades da região, oposições sindicais foram vitoriosas, as quais não devem ser vistas como portadoras necessárias de uma ação política de vanguarda.

Não há, portanto, garantia de uma mudança renovadora na prática sindical, apesar dos avanços do processo de organização dos bóias-frias.

Em 1986, sob o efeito anestésico do Plano Cruzado, o movimento grevista não tem expressão na região. As reivindicações de estabilidade do delegado sindical, das comissões de greve, o perfil das pautas construídas – ainda que os itens fundamentais não tenham sido atendidos pelas contra propostas patronais – revelam, senão um crescimento homogêneo de organização da categoria, ao menos a continuidade dos sinais de resistência.

Em 1987, há novos contornos. A demanda pela terra começou a ser discutida entre os bóias-frias, não por todos, mas de forma diferenciada.

Discutem-se basicamente, no sindicato, estratégias de ocupação de terras ociosas.

A luta pela terra cria novos impasses. De um lado, a Fetaesp parece não ver com bons olhos a encampação dessa reivindicação pelas direções sindicais da região, principalmente no momento em que as forças anti-reformistas, organizadas, têm todo um arsenal de munição para defender as garras do capital. Entretanto, as “novas” direções, principalmente o STR de Araraquara, não abrem mão da luta pela revitalização dos assentamentos – basicamente núcleo I e III de Silvânia e Tamoio –, empreendimento difícil de ser concretizado. De outro, a Faesp aparece dividida no tocante aos acordos firmados no curso dos movimentos grevistas de 1987, e na região os fornecedores de cana contrariaram, na prática, a negociação firmada pelos usineiros. Isso mostra que existem divergências mesmo no interior das organizações empresariais, que não chegam a ter, entretanto, visibilidade e transparência públicas.

Além disso, a incorporação da luta pela terra – tendência não homogênea e uniforme do interior da categoria – pode reforçar o argumento, do qual partilho, de que não existe uma incompatibilidade insuperável entre as lutas dos bóias-frias e os conflitos que envolvem a posse da terra.

Em 1988, as campanhas salariais, inseridas em um continuado processo de discussão, tiveram um desfecho até certo ponto inesperado. O “insucesso” parece estar relacionado à eficácia das táticas desmobilizadoras utilizadas pelos usineiros.

Apesar das divisões e pontos de discórdia entre os setores patronais, os usineiros, através de tabelas impressas distribuídas aos fiscais e turmeiros, apresentaram sua

proposta de acordo com as bases, antecipando-se aos sindicatos. O presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Pitangueiras foi exceção no contra-ataque às armadilhas patronais. Através de um acordo local, no qual preconizava parâmetros iguais para usineiros e fornecedores e garantia de acesso de diretores do sindicato ao local de trabalho, mostrou ser uma voz destoante na região.

No circuito dos desdobramentos desse acordo, revelaram-se cisões e fragmentações na direção da Fetaesp, provocadas por diferenciações na orientação da prática sindical.

O “Novo” Sindicalismo Cria Mitos, Reproduz Velhas Práticas e Engendra Posições da Vanguarda

Na região, o “novo” e o “velho” a nível das práticas sindicais combinam-se ou entram como ingredientes de um quadro extremamente diversificado. Os sindicatos novos, organizados no processo de lutas, não têm necessariamente uma prática instituinte. A substituição das direções gerou, em alguns casos, uma reapropriação do assistencialismo, a superação do sindicalismo de presidentes, e, em outros casos, nada significativamente mudou. Cai por terra, progressivamente, qualquer afirmação com pretensão generalizante. Não há uma prática instituinte perpassando todo o sindicalismo que, por outro lado, não pode, em bloco, ser tomado como comitê burocrático gratuito do assistencialismo.

Em rápidas considerações, passemos em revista traços de alguns núcleos sindicais.

Serrana mostrou, desde sua formação em 1985, a influência político-partidária, sendo daí decorrente a disputa da primeira eleição. O presidente vitorioso, ao assumir a diretoria, descarta praticamente os outros membros e convoca, extra-oficialmente, filhos e genros, componentes da chapa perdedora, a assumir em conjunto a direção, cuja prática, permeada por tons personalíssimos, se limita à reprodução das rédeas e regras da Fetaesp.

Guariba, epicentro dos movimentos, continua a ter José de Fátima – estigmatizado como herói e bandido – na direção do sindicato, sem sintomas visíveis de oposição sindical. Sob o comando de uma direção inteiramente personalista, sem trabalho de base, sob o peso da repressão sofrida e das marcas do significado de “ser grevista” na região, Guariba passa a ocupar uma posição de retaguarda no movimento sindical rural, embora continue, na representação dos trabalhadores da região, como a expressão mítica da luta, da força, da resistência.

A direção sindical de Araraquara, vanguarda do movimento, não deixa de apresentar ambigüidades. Reconhecidamente líder, legitimado na região pelos outros dirigentes sindicais, Élio Neves organiza e comanda a campanha salarial, o processo de negociações, concentrando, até há pouco, seu trabalho de base junto aos assentados, justamente porque na sua concepção de mudança a terra deve constar do projeto de luta dos bóias-frias. Da situação, na eleição de dois anos atrás, está atualmente do lado da oposição na Fetaesp, instituição que pode ser vista como a própria representação de cisão existente no sindicalismo rural paulista.

Persiste na região um certo adiamento do embate político-ideológico entre as Centrais Sindicais – CUT/CGT – o que não isenta o campo de confrontos das diversidades referidas.

A CUT, que em 1984 parece ter lançado as sementes de uma diferença de postura face às greves, está, no atual momento, na posição de aprendiz, como interlocutora respeitada. Tem representatividade em alguns núcleos, como Bebedouro – sindicato formado por uma base de apanhadores de laranja –, estimulando uma educação sindical fermentadora de uma prática instituinte.

O presidente do STR de Pitangueiras parece priorizar uma prática política descentralizada.

Nas greves, Pitangueiras sempre teve papel destacado. Em 1984, mesmo sem sindicato, a cidade puxou a paralisação pela extensão do acordo de Guariba.

Em 1985, o movimento foi duramente reprimido. Em 1987, Pitangueiras iniciou a greve, ficando os bóias-frias mais de 11 dias parados.

Na prática da direção sindical, destaca-se o trabalho de politização dos bairros, através de reuniões nas casas dos trabalhadores e a atuação junto aos migrantes provenientes do Vale do Jequitinhonha – mediada pela Pastoral do Migrante –, o que tem surtido efeito, já que a adesão aos movimentos grevistas por parte dos mineiros tem contrariado a representação freqüente dos “queima-latas” de ser a greve “coisa dos outros”.

Destaca-se como traço distinto da direção sindical de Pitangueiras a não adesão aos rumos assumidos pela negociação dos canavieiros em 1988, processo que acentuou as cisões existentes no interior da Fetaesp.

Assiste-se a vais-e-vens na relação das direções sindicais com o poder político local. O fato de alguns sindicatos terem pleiteado postos de vereança nas últimas eleições, sob o argumento de ser esse o espaço político de resolução de problemas da esfera reprodutiva, é significativo. Observa-se o oferecimento de infra-estrutura para os encontros de campanha salarial pelas prefeituras, as quais, por sua vez, são alimentadas em maioria pela força dos usineiros, o que pode ser posto como mais uma peça importante nessa engrenagem descompassada.

A recente proposta de criação de uma federação reunindo sindicatos dos trabalhadores assalariados na agricultura Feraesp –, posta como necessidade legítima de reconhecimento do potencial político dos bóias-frias e de seus interlocutores, pode representar nesse terreno movedição do sindicalismo rural paulista o estopim da luta no aflorar de novos contrapontos e confrontos.

Hoje, uma greve que já conta com 58.000 bóias-frias alastra-se na região, sob comando da Feraesp, entidade que reúne 25 sindicatos de trabalhadores rurais. O campo de

lutas entre Fetaesp x Feraesp x Faesp apresenta-se aquecido, a exigir o acompanhamento desses desdobramentos*.

A trama das lutas e práticas sindicais poderia ser trabalhada em múltiplos matizes.

6º Tempo: A TERRA NO CAMPO DAS LUTAS DOS BÓIAS-FRIAS

O fato dos bóias-frias não terem a terra no horizonte imediato de suas lutas não os exclue do caminho pela sua conquista. O sexto tempo procura resgatar alguns complicadores desse processo, que vêm quebrar estigmas usualmente imputados a esses agentes. De peças ausentes no cenário de conflitos pela terra, passam a compor esse campo de lutas.**

Nas assembléias de trabalhadores, nas discussões da campanha salarial e além de seu circuito, em conversas mantidas dentro e fora dos sindicatos, os bóias-frias teriam passado a discutir a possibilidade da terra compor seu campo de necessidade de reprodução social. Os assentamentos – não isentos de avaliações críticas – passaram a ser defendidos, pelas lideranças sindicais mais significativas da região, como uma possibilidade de redimensionar as condições de existência dos bóias-frias. A terra parece ter, nesse quadro, o significado de recomposição de necessidades mal supridas, não devendo ser necessariamente encarada como elemento constitutivo de um projeto camponês (12).

A ampliação do circuito da luta pelo acesso à terra exige, por parte do Estado, medidas de reorientação de sua política, dentre as quais passam a ser peças centrais os assentamentos. A demanda pela terra por agentes até então tidos como excluídos desse circuito é, sem dúvida, um ponto de inflexão. Com isso, não se pretende afirmar que a luta pela terra perpassa homogeneamente toda a categoria dos bóias-frias, dando-lhe o patamar necessário à construção de um projeto político. Dados de uma pesquisa recente realizada na região (24), centrada na discussão das condições de vida, trabalho e estruturação das lutas dos bóias-frias, indicaram que 71,5%, diante de uma situação de opção possível, escolheriam para suas vidas, trabalhar em um pedaço de terra, face a 28,5% de preferências por um emprego fixo. Nas razões alegadas, a relação terra x liberdade aparece com maior frequência... “plantá o que qué”..., sendo igualmente apontadas a perspectiva de ficar com o lucro obtido na plantação, a maior facilidade de sobrevivência, o fato de não precisar, na terra, pagar aluguel ou arcar com outros custos de reprodução urbanos. Na escolha do emprego fixo, prevaleceram alegações de sossego, garantia de salário, sendo referida inclusive a dificuldade de aceitação, por parte dos filhos, de uma ida ou volta ao campo. Complementando essa informação, registra-se que 67,5% dos bóias-frias

* Nos limites dessas reflexões, a criação da Feraesp não é discutida, nem apresentada em si mesma, como fator malévolu ou benéfico.

** Dados levantados pela Abra sobre o campo de disputa pela terra em São Paulo revelam um crescimento da presença dos bóias-frias a partir de 1984 (22).

manifestaram vontade de ser selecionados para um assentamento, índice revelador de que, apesar da terra não entrar imediatamente nas pautas de reivindicações dos bóias-frias, pode passar a compor o universo constitutivo de suas práticas sociais.

Longe de afirmar que os bóias-frias, em bloco, serão os detonadores do estopim de luta, reiteramos a discórdia face às concepções que atribuem a tais agentes, alegando menor experiência de luta e tempo mais curto de assalariamento, incapacidade de imprimir à sua resistência uma dimensão que não fosse meramente pragmática e imediata.

As roupagens vestidas pelos novos atores no cenário dessa região podem, ainda que indiretamente, facilitar a incorporação pelos bóias-frias da demanda pela terra, da luta para a seleção aos assentamentos como patamares possíveis de sua ação, de seu fazer-se. O revigoramento das listas negras, a perspectiva de ser mais agilizada a mecanização do corte de cana – medida que já vem sendo comprovadamente adotada –, com influências no mercado de força de trabalho volante, o recurso aos fluxos migratórios, sob o controle da contratação de uma mão-de-obra mais facilmente domesticável, contam efetivamente para que os bóias-frias alimentem o sonho ou a necessidade da terra liberta, ainda que a mesma não os isente de outros possíveis desencantamentos.

Suas origens e trajetórias de vida são diferenciadas. Alguns já tiveram, em outros momentos, relações de posse e/ou propriedade com a terra. Outros foram bóias-frias por um longo tempo, filhos da primeira, segunda geração de expropriados. De formas várias, a conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho está presente na reivindicação dos trabalhadores rurais de converterem-se em assentados. A perspectiva de construir sua identidade a partir da luta pela terra é apenas uma indagação que talvez reúna fragmentos do passado, dados do presente e quimeras do futuro desses sujeitos.

A hipótese da terra vir a constituir-se em um dos eixos do projeto político dos assalariados rurais não pode gerar conclusões apressadas e distorcidas. O que existe, a nível da observação do movimento, do fazer-se dos assentamentos, é o reconhecimento de que os assentados, categoria em transição, portadores de distintas visões do mundo, não demonstram sinais de sair da cena da região mais modernizada do Estado de São Paulo, e de que, no seu interior, a presença dos bóias-frias tem crescido.

Os resumos da pesquisa têm demonstrado* que não existe homogeneidade no sentido que a terra passa a ocupar na visão do mundo dos assentados. Para muitos, a decisão implicou a adesão de um movimento de invasão da terra, motivado pela fuga das estratégias patronais de punir, com a inclusão nas listas negras, dos nomes dos bóias-frias grevistas.

A terra tem, nesse contexto, o significado de porto seguro, fáce a uma situação de dominação e controle acionada para amortecer os movimentos grevistas. Os assentados e bóias-frias, provenientes do epicentro dos movimentos grevistas do estado, têm presença significativa no núcleo IV do assentamento Silvânia. A vinda para a área repõe na reo-

* Desenvolvido no bojo do projeto "Análise e avaliação dos projetos de assentamento e Reforma Agrária do Estado de São Paulo", projeto interdisciplinar envolvendo sete campus da UNESP, coordenado por Sônia Pessoa Bergamasco e por mim.

rientação desses sujeitos a relação terra e luta. Justamente esses sujeitos constroem relações sociais sustentadas pela solidariedade, por relações de parentesco, pela sociabilidade recriada como espaço político de resistência.

Aparecem igualmente representações da terra como canal de acesso a um melhor tempo, identificado no plano da possibilidade de defender comida, de poder ter criação. Aparece a terra como canal possível de atendimento ao mínimo necessário à reprodução das condições de vida. O acesso à terra é também reconhecimento de um tempo de sossego, de não viver em correria, pulando de galho em galho. A representação tem, inegavelmente, parâmetros calcados na relação presente/passado. Os que já estiveram na terra, na condição de posse e/ou propriedade, associam com frequência a situação vivenciada no passado, lembrada como tempo de fartura. Para os assentados ex-bóias, a representação da terra associada ao sossego reproduz a insegurança vivida no tempo de assalariamento, sujeito a modelagens várias das estratégias patronais.

A terra é também encarada como geradora da desnecessidade do dinheiro. “Não tenho aluguel, água, luz para pagar. Tenho comida, por que iria precisar de dinheiro?” Além, aparece também como representação de esperança, de vida nova, de um “chão seguro”, de sonhos.

No discurso do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara, a reivindicação da terra por parte dos bóias-frias é permanente, no sentido de ser anterior à própria implantação dos assentamentos, embora menos aparente, sobretudo por não se colocar de maneira imediata. Entretanto “...é muito difícil para a categoria como um todo, para os trabalhadores como um todo de nossa região, p’ra grande massa dos trabalhadores, entenderem que é viável realizar o seu sonho. Mas isso não lhes tira o desejo de querer terra”.* A luta pela terra, permeada por sonhos e expectativas frustradas, não é unívoca dentre os trabalhadores, não apaga magicamente suas diferenças decorrentes de distintas histórias de vida.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, não são razões puramente econômicas que moveram no presente/passado os trabalhadores rurais em direção à terra, “... é o desejo da independência, é um negócio de raiz.”

O caráter migrante de muitas andanças dos trabalhadores rurais os fez vivenciar, penosamente, diferenciadas situações em sua trajetória. “É difícil dizer quem são os trabalhadores rurais dessa região... Conheço muita gente que era trabalhador rural aqui na região, quando comecei a trabalhar, que não está mais aqui... Que também lutou e hoje é pequeno produtor em Goiás, Mato Grosso, quer dizer, esse fluxo da categoria tem muito a ver com a questão da terra. O fato de migrarem de um lado e de outro tem a ver com o sentimento de buscar uma alternativa que não seja a do assalariamento...”.*

* Entrevista com Élio Neves, janeiro de 1989.

A perspectiva de os bóias-frias se converterem em assentados ou incorporarem às suas práticas outras estratégias para conseguir terra pode ter repercussões no movimento sindical rural, no próprio campo de disputas ora delineado entre Fetaesp e Feraesp.

Os desafios de análise, peças de uma rede cuja tessitura está se fazendo, propõem pontos e contrapontos a serem desvendados no acompanhamento concreto das ações, relações sociais, representações, projetos, sonhos e lutas que compõem a trama das lutas dos bóias-frias e do sindicalismo rural paulista.

FERRANTE, V. L. S. B. – Ways and paths of state of São Paulo rural syndicalism. *Perspectivas*, São Paulo, 12/13: 73-102, 1989/90.

ABSTRACT: The article tries to understand the relationship between the rural trade union movement of the state of São Paulo and the ways of opposition and fight of country men in a privileged region from the point of view of agricultural modernization. It presents aids to strike back the thesis that the rural proletarianization took place linearly without confrontations and/or tensions and that São Paulo doesn't have tradition in the range of fights in the country.

KEY-WORDS: Rural trade union; fights in the country; oppositions; country men; social movements; proletarianization and conflicts.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, M. H. T. – O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. *Debate e Crítica*, (6), 1975.
2. ALVES, F. J. da C. – *Modernização da agricultura e sindicalismo: reflexos na região canavieira de Ribeirão Preto*. Campinas, Unicamp, 1987. (Projeto de Doutorado). mimeog.
3. ARENDT, H. – *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense, 1987. p. 59-60.
4. BALEIROS, M. I. – *Percursos e percalços do PCB no campo: 1945-1964*. São Paulo, USP, s.d. (Tese-Doutorado)
5. BASTOS, E. R. & FERRANTE, V. L. S. B. – Os conflitos sociais no campo no Estado de São Paulo. *Boletim ABRA*, 13 (5): 26-34, 1983.
6. BASTOS, E. R. & FERRANTE, V. L. S. B. – Modernização agrícola no circuito da violência. *Rev. São Paulo em Perspectiva*, 1 (3): 18-30, 1987.
7. BRUNO, R. – UDR a besta fera da modernidade. *Tempo e Presença*, 1989.
8. D'INCAO, M. C. – O movimento de Guariba: o papel acelerador da crise econômica. *Política e Administração*, 2: 207, 1985.
9. FERRANTE, V. L. S. B. – Aspectos do sindicalismo rural em São Paulo. *Perspectivas*, 1: 135-164, 1980.

10. FERRANTE, V. L. S. B. – O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural. *Perspectivas, 1*: 189-202, 1976.
11. FERRANTE, V. L. S. B. – Lideranças sindicais rurais do Estado de São Paulo. *Ciência e Cultura, 31* (7): 171, 1979.
12. FERRANTE, V. L. S. B. & SILVA, M. A. M. – A política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo. *Perspectivas, 11*: 33-51, 1988.
13. FERRANTE, V. L. S. B. – Prática trabalhista e sindicalização rural. *Ciência e Cultura, 30* (7): 167, 1978.
14. FERRANTE, V. L. S. B. – Tamoio: olha! Tem nó na cana. *Perspectivas, 7*: 31-40, 1984.
15. FERRANTE, V. L. S. B. – A trabalhadora rural na luta política: abrindo picadas nos canaviais paulistas. In: *Seminário. Mulher Rural: Identidades na Pesquisa e na Luta Política. Anais.* Rio de Janeiro, UFRJ/PUBLIPUR, 1988. p. 340-65.
16. MARTIN, N. B. – Transformações na agricultura paulista na década de setenta e simulação de políticas de crédito rural. In: CARVALHO, M. A. de – *Capacidade de auto-financiamento da agricultura paulista.* São Paulo, IEA, 1988.
17. PAOLI, M. C. – Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: _____. *Cultura e identidade operária.* Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987, p. 56.
18. ROMANO, J. O. – Identidade e política: representação e construção da identidade política do campesinato. In: *Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências.* Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais, 1986. p. 199 e segs.
19. SADER, E. – *Quando novos personagens entraram na cena.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
20. SADER, E. & PAOLI, M. C. – Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, R., org. – *A aventura antropológica: teoria e pesquisa.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
21. SAFFIOTI, H. I. B. & FERRANTE, V. L. S. B. – Da casa para a “rua”: a caminhada das mulheres bóias-frias. *Perspectivas, 9/10*: 93-118, 1986/87.
22. SANTOS FILHO, J. dos R., coord. – *Luta pelo acesso à terra: ocupações e acampamentos.* São Paulo, S.P. out., 1986.
23. SANTOS FILHO, J. dos R. – Movimento sindical rural: o resgate da tradição. In: *ENCONTRO NACIONAL DO PIPSA, Botucatu, 1985. Anais...*
24. SILVA, M. A. M. & FERRANTE, V. L. S. B. – *Bóias-frias, vida, trabalho e lutas.* (Fase de sistematização final dos dados)
25. SILVA, M. A. M. *et alii* – Queimando lata: sem eira, nem beira. *Perspectivas, São Paulo, 8*: 41-73, 1985.